



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Truzzi, Oswaldo; Miceli, Maria Teresa; de Souza Barbosa, Agnaldo
Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo
Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, núm. 80, outubro, 2012, pp. 135-151
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10724731008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MUDANÇA DE FRONTEIRAS ÉTNICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO*

Oswaldo Truzzi

Maria Teresa Miceli

Agnaldo de Souza Barbosa

Introdução

A perspectiva teórica de que as identidades étnicas não devem ser essencializadas, mas se conformam como identidades relacionais e situacionais, abriu caminho para se pensar que a construção e a manutenção das fronteiras étnicas dependem de como os grupos étnicos interagem e se categorizam a si mesmos e aos outros.

Os agentes étnicos, individuais ou institucionais, redefinem quadros de socialização e expressão, transformando as narrativas étnicas em “sinais dia-

críticos”. O problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo, que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas unicamente das diferenças que os próprios atores consideram significativas.

Dessa forma, os símbolos e os signos que, por assim dizer, instauram o grupo, que o representam, não são fixos e podem ser, ao longo do tempo, valorizados ou negados, exaltados ou ignorados, pelos membros do grupo. Como produto da reinterpretção constante da história étnica do grupo, as fronteiras étnicas entre os grupos deslocam-se, influenciadas pela percepção dos agentes de ambos os lados de uma determinada fronteira, redefinindo critérios de pertencimento e, por consequência, a dicotomia entre “eles” e “nós” (Barth, 1998).

Se as fronteiras étnicas não são fixas ao longo do tempo e tampouco critérios de pertencimento entre *mainstream* e *outsiders*, como então se desenvolvem processos de mudança? Ao se debruçar

* Agradecemos a Fapesp pela concessão dos auxílios às pesquisas que lastrearam o presente artigo, bem como os comentários sugeridos por ocasião da apresentação deste trabalho na reunião anual da Social Science History Association, ocorrida em Chicago em 2010.

sobre o problema específico de como as fronteiras étnicas mudam, Alba e Nee (2003) discutem o problema da assimilação no contexto norte-americano.¹ Para tal, concebem três processos distintos: cruzamento (*boundary crossing*), obscurecimento (*boundary blurring*) e mudança propriamente dita (*boundary shifting*) de fronteiras.

O primeiro corresponde à versão clássica de indivíduos que são admitidos ao *mainstream*,² apesar de suas respectivas extrações sociais. O segundo caso remete à noção de que a definição precisa de uma fronteira social empalideceu, tornando-se menos nítida. Por último, processos de mudança de fronteira tendem a ressituá-la, transformando antigos *outsiders* em *insiders*. Na prática, tais processos podem ocorrer simultaneamente, com maior ou menor predominância de um deles em uma determinada situação histórica concreta.

Pode-se aproximar com proveito o problema da mudança das fronteiras ao problema da integração política de imigrantes e de seus descendentes a uma determinada sociedade receptora, em particular, ao problema da aceitação e integração destes a uma determinada elite política local. É o que pretende este artigo: a partir da metáfora da mudança de fronteira, analisar a integração política de imigrantes e seus descendentes em cidades de porte médio do interior do estado de São Paulo. Tais municípios receberam, entre 1880 e 1930, uma quantidade significativa de famílias imigrantes que vieram trabalhar na economia cafeeira que ali se desenvolveu.

De fato, entre os anos de 1870 e 1950, o Brasil recebeu cerca de quatro milhões de imigrantes, a maior parte deles de origem europeia. A chegada de imigrantes cresceu exponencialmente após a abolição da escravidão, ocorrida tardiamente, em maio de 1888. Dentre as regiões que mais receberam imigrantes, destaca-se o estado de São Paulo, que recebeu cerca de 60% desse contingente. Em 1920, dos 830 mil imigrantes que o estado abrigava, três quartos deles residiam no interior e cerca de um quarto na capital (Camargo, 1952). É precisamente no fértil oeste paulista que se situam as cidades de porte médio,³ nas quais analisaremos a inserção dos imigrantes e de seus descendentes na política local.

A escolha de prefeitos e vereadores como representantes da elite política local se deveu a dois fatores: 1) a representação formal, pouco estudada nos trabalhos sobre imigração, permitiria entender alguns aspectos da entrada dos imigrantes e seus descendentes na política local, focalizando um espaço político-institucional onde se expressam a representação, a aliança, o confronto e a disputa de interesses; 2) a facilidade de acesso, tanto ao material documental, como a entrevistas. Além disso, procuramos tomar conhecimento das informações a respeito das várias formas de organização dos imigrantes e da sociedade civil de modo geral, quer estas fossem étnicas, beneficentes ou de caráter profissional, ainda que a fragilidade ou a inexistência de fontes sistematizadas e de dados mais significativos a esse respeito tenha permitido que avançássemos por esse caminho apenas na construção e no entendimento de algumas trajetórias analisadas.

De modo coerente com a perspectiva de Bourdieu (1989) e Charle (2006) e, no Brasil, Coradini (2001), para a análise de campos políticos, um pressuposto implícito é que a entrada na política guarda estreita relação com os capitais econômico, social ou cultural (ou uma combinação deles) acumulados pelo indivíduo ao longo de sua trajetória. Compreender como os espaços políticos são construídos e como os agentes políticos utilizam seus recursos a fim de ocupar uma determinada posição nesse espaço requer a análise das trajetórias dos principais agentes. Nelas podemos verificar as modalidades de inserção e a construção das carreiras políticas, o peso dos recursos econômicos e da titulação escolar, assim como dos vínculos pessoais adquiridos em diferentes instâncias, tais como a atuação no campo de trabalho e as relações adquiridas em espaços diversos, como aquelas ligadas a atividades religiosas, desportivas, comerciais etc.

A reconversão de recursos sociais ligados ao exercício de qualquer dessas atividades não se dá de maneira direta, pois dependem de conjuntura histórica propícia. Em diferentes momentos da carreira política, um mesmo atributo político pode ser trabalhado e em seguida renunciado, pode sofrer reajustes e reinterpretações (Souza, 2010). Em municípios interioranos em particular, observa-se que

a notoriedade adquirida por certos profissionais, como médicos, professores e advogados, devido às qualidades diretamente atribuídas ao exercício profissional, pôde ser facilmente reconvertida em trunfos políticos.

Em São Paulo, a avalanche migratória propiciada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, que tanto contribuiu para a formação da população desse estado, sempre inspirou trabalhos sociológicos que privilegiaram um conjunto de questões de feição socioeconômico (inserção inicial dos imigrantes como colonos, acesso à propriedade rural, formação do operariado, nichos ocupacionais, graus de aculturação e mesmo questões identitárias), cujas análises normalmente prescindem de – ou ao menos levam a segundo plano – lideranças e instituições.

Trata-se de um enquadramento teórico certamente mais rico em muitos aspectos, sobretudo naqueles que brotam da inserção econômica desses novos grupos e da valorização de suas experiências no cotidiano. Contudo, não se pode dizer que nessa operação houve apenas ganhos. Ao se privilegiar tais focos, permaneceram relativamente obscuros o Estado e as instituições, como se os indivíduos concretos e suas estratégias operassem no vazio.

O presente artigo busca preencher tais lacunas, revalorizando a intersecção entre, de um lado, processos de mobilidade social que forjaram lideranças oriundas de estratos antes marginalizados e, de outro, instituições da política local. Reaparecem assim as instituições e as trajetórias de indivíduos que lograram se constituir em lideranças locais (e que eventualmente extrapolaram o nível local). Evidencia-se então a complexidade de qualquer sociedade e nela a multiplicidade de lugares e trajetórias que um indivíduo pode trilhar – família, parentela, grupo étnico, grupo socioprofissional, grupo territorial etc. –, bem como a variedade de recursos, derivados de tais vínculos, de que lança mão em sua ação social. De outro lado, analisar a permanência de um determinado perfil de elite política é não apenas considerar os capitais sociais e políticos acumulados, mas também as estratégias adotadas para a reprodução destes em um espaço em constante mutação. Assim, a mudança e a ascensão política de um grupo social requerem

atenção não apenas aos recursos passíveis de serem reconvertidos, mas também às conjunturas oportunas para que isso se realize, consubstanciadas por processos mais estruturais, como ascensão e declínio de determinadas atividades econômicas, mudanças na distribuição rural-urbana da população, somadas a outras alterações que redefinem o próprio campo político.

Consequentemente, de um ponto de vista empírico, um conjunto expressivo de dados de natureza demográfica, econômica, política e social foi reunido na análise de cada município. As principais fontes utilizadas foram resultados eleitorais, biografias e coleções de periódicos locais, a maior parte delas encontradas em arquivos históricos em cada cidade. Nos casos relativamente frequentes em que os documentos pesquisados não satisfaziam as informações requeridas, entrevistas com descendentes de políticos complementaram a coleta de dados.

Por fim, como estes processos de alteração de fronteiras – cruzamento, obscurecimento e mudança propriamente dita – foram concebidos como tipos ideais, isto é, como um recurso analítico, é possível apenas realizar uma aproximação entre eles e os períodos históricos específicos. Para os fins deste artigo, tomaremos três períodos distintos nos quais cada um dos processos ocorreu com maior intensidade: as primeiras três décadas do século XX, o período entre 1930 e 1945, e os anos subsequentes ao final do segundo conflito mundial.

Até 1930

A literatura sobre poder local durante o período conhecido como República Velha no Brasil aponta o caráter “fechado” da estrutura política a outros setores sociais que não os proprietários de terra. De modo geral, as relações de poder que se estabeleciam a partir dos municípios nesse período tinham os coronéis proprietários de terras como figuras centrais, ainda que o domínio desses não fosse monolítico no município, havendo em geral duas facções (ambas filiadas ao PRP – Partido Republicano Paulista) que disputavam e se alternavam no poder.⁴

O poder privado fazia com que a força eleitoral lhes conferisse “prestígio político, natural coroa-mento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (Leal, 1975, p. 23). Além da posse da terra, o poder privado estava assentado no isolamento dos municípios, permanecendo os coronéis como mediadores exclusivos com os governos estadual e federal, mesmo que para isso fosse necessário conviver com a autonomia extralegal dos chefes municipais governistas.

Em um dos municípios analisados (São Carlos), embora também houvesse facções rivais, dois coronéis monopolizavam quaisquer funções que significassem alguma posição de mando ou autoridade: vereadores, prefeitos (ou intendentes), juízes de paz, promotores públicos, delegados, chefes de polícia etc. Em 1905, um advogado na cidade reclamava do controle exercido pelos coronéis sobre o cargo de promotor público: “Sendo de livre nomeação, é demissível. Daí a consequência, diariamente observada: se não satisfizer a primeira solicitação desairosa de um politiqueiro, tem a demissão e o rancor contra si” (Faria, 1905, p. 22).

A pretensão – por parte de qualquer elemento exterior aos círculos de poder definidos pelas elites – de alcançar algum posto político era taxada de impertinente. Referindo-se aos italianos, um almanaque publicado em São Carlos em 1915 parabenizava a colônia pela sensatez de se manter fora desses círculos. “Ciosos da própria nacionalidade, não tentaram, salvo raras exceções, galgar postos políticos, mas, com o máximo respeito pelas instituições nacionais, se agruparam em sociedades de beneficência, de cultura, de propaganda patriótica” (Luca, 1928, *apud* Truzzi, 2000, p. 89).

Cabe assim observar a relativa escassez, no período, de elementos de origem social imigrante na composição das câmaras municipais nos sete municípios analisados, conforme notaremos adiante. Não obstante, há casos típicos de indivíduos de origem imigrante que, individualmente, cruzaram a fronteira, isto é, lograram ocupar cargos de vereador ou prefeito (mais raramente) no período. Os fatores que mais contribuíram para sua presença nesses cargos foram: 1) em alguns casos, os vínculos familiares, 2) o sucesso econômico e 3) o diploma de nível superior.

Laços de família

Entre os poucos sobrenomes estrangeiros que ocuparam o Executivo municipal até 1930, chamam a atenção os casos de Américo Danielli (prefeito em Araraquara entre 1908 e 1910), do major Leo Lerro (prefeito de São José do Rio Preto entre 1913 e 1917), do major Américo Blois (vice-prefeito entre 1913 e 1916 e prefeito de Bauru em 1914) – todos de origem italiana – e de Arthur Diederichsen, filho de um imigrante alemão que se casou com uma bisneta do patriarca da independência José Bonifácio, e que se tornou o primeiro intendente de Ribeirão Preto em 1892. Todos eram casados com membros de famílias da oligarquia rural.⁵ À parte tais casos, entre 1890 e 1930, nos sete municípios analisados, só encontraremos membros de famílias tradicionais chefiando o governo local.

Não foi este o padrão observado entre os vereadores nas cidades analisadas, explicativo da entrada precoce de alguns imigrantes ou descendentes na política. Embora existam casos como o de Aurélio Civatti (vereador em 1887 em São Carlos) – um arquiteto prático italiano que se casou com uma das herdeiras de grandes proprietários de terras em Limeira⁶ – mais comum foi a entrada na política via trajetórias pautadas por uma acentuada mobilidade econômica ou nas quais a posse de diplomas de nível superior funcionava ao mesmo tempo como elemento de distinção da massa de imigrantes e de aproximação ao restrito círculo das elites oligárquicas. Em alguns casos, também são dignos de nota os vínculos entre tais lideranças e suas respectivas colônias, manifestados por posições ocupadas em associações étnicas largamente difundidas entre as correntes migratórias mais importantes, especialmente as italianas.

Forte mobilidade econômica

Nesta possibilidade, aparecem os elementos mais prósperos das respectivas colônias de imigrantes (em geral, a italiana). Aproveitaram as oportunidades que a economia cafeeira propiciava para serem bem-sucedidos economicamente. Enquadram-se nessa categoria, em São Carlos, Giovanni

Angelo Appratti (1908-1917), João Priester e Aldo Giongo (ambos 1923-1929).⁷ Embora todos tivessem se tornado fazendeiros, acumularam capitais iniciais partindo de negócios de intermediação comercial ou industrial. Appratti era proprietário de uma casa bancária que praticamente monopolizava a importação de gêneros e as remessas monetárias da numerosa colônia italiana à sua terra natal; Priester era comprador de café, enquanto Giongo era proprietário (junto com seus irmãos) de uma das maiores serrarias de São Carlos.

Em Araraquara, o italiano Pietro Galeazzi, proprietário da Casa da Âncora, importadora e distribuidora de mercadorias na cidade e região, elegeu-se vereador em 1918.⁸ Em Bauru, destaca-se o caso de Joaquim da Silva Martha, imigrante português, que se estabeleceu comercialmente na cidade (trabalhou com beneficiamento de algodão, foi proprietário de serraria e do hotel Estação), tendo ocupado o cargo de vereador entre 1924 e 1928.⁹ Em Franca, Ricardo Pucci, que obteve suplência de vereador em 1928 e foi eleito para a Câmara Municipal pelo Partido Constitucionalista em 1936, foi dono de uma gráfica e proprietário do principal jornal local (*Comércio da Franca*), além de pertencer à família que criou o Grupo Amazonas (Pucci SA), conglomerado de empresas que veio a ser o maior fabricante de componentes para calçados (curtume) da América Latina. Em Rio Preto, a presença maciça da colônia sírio-libanesa na região provavelmente favoreceu a entrada de um sírio na Câmara já em 1912: José Scaff (1912-1913) era comerciante, mas logo se tornou um dos pioneiros na plantação de café no município. Uma de suas filhas casou-se em São Paulo na família Jafet, a mais próspera da colônia a que pertencia. Outro exemplo é o do coronel Manoel Reverendo Vidal (1923-1928), espanhol natural de Pontevedra, e que já havia sido vereador uma década antes em Bebedouro.

Em Catanduva, ainda que a primeira legislatura da Câmara Municipal tenha se instalado em 1918, dela já consta como suplente o italiano José Zancaner,¹⁰ abastado proprietário de terras no município. A partir de então, em todos os pleitos até 1930, sempre constará pelo menos um vereador de origem imigrante, em um padrão um tanto precoce de incorporação desses estratos à política local. É

que, tendo o município se formado tardiamente, Catanduva desde o início contou com imigrantes entre os quadros da elite local. São os casos dos espanhóis Benito Sanchez Salazano (eleito em 1919-1920), Ramon Sanchez (1920-1924 e 1926-1928) e Rufino Benito (1929-1931); e dos italianos Luis Bassetto (1925-1926), Alfredo Minervino (1926-1931), Ricardo Lunardelli (1926-1931) e Antonio Stocco (1929-1931). Os espanhóis constituíam uma colônia numerosa no município e, em 1926, se organizaram no Centro Espanhol, associação dirigida pela elite da colônia e que também procurava amparar e funcionar como local de sociabilidade aos conterrâneos. Sanchez era proprietário de uma casa comercial e Benito, nascido em 1887 na província de Salamanca, após estabelecer-se inicialmente em São Carlos, mudou-se para Catanduva na década de 1910, onde amealhou algum pecúlio dedicando-se à agricultura e comercializando café (Quaglia, 2004, pp. 229 e 92).

Entre os italianos, Stocco era o de origem mais humilde, mas conseguiu se estabelecer com uma pequena máquina de beneficiamento de arroz e depois de café; passando depois a comercializá-los, representando firmas da capital (*Idem*, p. 200). Ao longo de décadas, Stocco foi se tornando um político de enorme prestígio na cidade: elegeu-se vereador já em 1929, presidiu a Associação Comercial local na década de 1930 e, com a redemocratização, elegeu-se prefeito em 1946 e depois novamente em 1960.

Os casos de Minervino e Lunardelli são diferentes, pois eles provêm de famílias que já haviam amealhado capitais consideráveis, anteriormente e em outras regiões do estado. Para eles, Catanduva representou, no início dos anos de 1920, uma oportunidade para a ampliação de seus negócios. Minervino instalou em Catanduva a primeira casa bancária da cidade, em 1922. Silvério Minervino, seu pai, já integrava, ao final do Império, a elite dos italianos de Rio Claro e, mais tarde, fundaria uma casa bancária em Araraquara,¹¹ cuja filial seria agora tocada por seu filho Alfredo em Catanduva. Alfredo tornou-se vereador entre 1926 e 1930, foi reeleito em 1936 e ocupou o cargo de prefeito entre janeiro de 1937 e maio de 1938 (*O 14 de Abril*, Catanduva, 14 abr. 1963, pp. 130-132).

Assim como Minervino, Ricardo Lunardelli (cujo irmão Geremia se tornou o terceiro “rei do café”) já chegou a Catanduva provido de capitais, em 1924. Dois anos depois, presidia a primeira Associação Beneficente local e logo ocupou o cargo de vereador até o fechamento da Câmara em 1930, tendo sido reeleito em 1936, quando assumiu sua presidência. Assim, especificamente em Catanduva, havia um número razoável de imigrantes e descendentes que já integravam a elite política local desde os primórdios do município.

O caso, porém, mais eloquente de ascensão econômica de um imigrante que se tornou chefe político durante a Primeira República foi o do coronel¹² Francisco Schmidt, de Ribeirão Preto, que chegou da Alemanha em 1856, com 6 anos de idade, e no início do século XX possuía cerca de seis milhões de pés de café, distribuídos por trinta e cinco fazendas, na área de Ribeirão Preto, que empregavam cerca de três mil imigrantes e oitocentos brasileiros. Obviamente, sua ascensão política está relacionada com seu poderio econômico: Schmidt e os Junqueiras disputaram, até a morte do primeiro em 1924, a hegemonia da política regional. Seria enganoso, porém, vincular a trajetória espetacular de Schmidt a uma mobilidade conseguida exclusivamente na área rural, a partir do colonato. No ano de 1878, Schmidt adquiriu um armazém de secos e molhados e, neste período, começou a trabalhar como corretor de café para a firma Theodor Wille e Co. Valendo-se de financiamentos dessa firma, comprou inúmeras fazendas nos municípios de Ribeirão Preto, Franca, Brodósqui, Orlândia, Araraquara, Sertãozinho, Serrana, entre outros. Em 1913, era o maior produtor de café do Brasil e recebeu o título de “Rei do Café”.¹³

Imigrantes doutores

Outra possibilidade de casos que podemos caracterizar como de cruzamento de fronteiras diz respeito aos imigrantes ou descendentes que, dispondo de títulos capazes de diferenciá-los do grosso dos contingentes migratórios, valeram-se destes para adentrar em atividades políticas. O título de doutor, fosse médico, farmacêutico, engenheiro ou advogado, era muito prestigiado na época

e normalmente empunhado por descendentes de famílias tradicionais, de modo que o fato de um imigrante ostentá-lo funcionava como sinal de distinção, aproximando-o das elites oligárquicas.

Em Araraquara, além do casamento oportuno, Danielli era engenheiro. Em São Carlos, é o caso do também engenheiro alemão Hermann von Puttkamer,¹⁴ que se tornou vereador já em 1892, e o médico, formado em Nápoles, Vincenzo Pellicano, vereador em 1911. Em Rio Preto, Ugolino Ugolini, engenheiro trazido à região para a construção da estrada que liga a cidade ao distrito de Uchoa, era natural de Florença e ocupou por pouco tempo o cargo de vereador, ainda no século XIX. O major Leo Lerro, já citado, provavelmente não era formado, mas instalou-se já como tabelião na cidade, depois se tornando juiz. Humberto Delboni, também de origem italiana, era farmacêutico e fazendeiro quando se elegeu vereador em 1929. Por fim, em Franca, eram médicos os dois primeiros filhos de imigrantes (italianos) eleitos para a Câmara ainda na velha república – Antonio Petraglia e José Fernando Peixe (Pesce).

Em Franca, ainda que não tenham tido uma participação de primeiro plano na política no período da Primeira República, a participação dos imigrantes e/ou de seus descendentes no cenário local não pode ser ignorada. Destaque deve ser dado à rápida absorção pela oligarquia francana de figuras como a do farmacêutico Caetano Petraglia e a do médico Domenico De Lucca, que se apresentava com o título de Barão de Strazzari. Ambos se identificavam como o que Warren Dean chamou de uma “burguesia imigrante”, ou seja, imigrantes que vieram para o Brasil com certo capital e, assim, puderam investir em terras, negócios urbanos e no comércio. Petraglia, também agente consular italiano no município, foi um dos fundadores do PRP em Franca (Di Gianni, 1997; Dean, 1971). Artigos publicados por Petraglia na imprensa de Franca em 1902 atestam sua aberta movimentação no terreno político local, deixando clara a sua atuação como chefe político no melhor estilo dos coronéis. Não por acaso, o filho de Caetano, Antonio Petraglia, foi o primeiro vereador de origem imigrante a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Franca, em 1917.

Dois outros filhos de imigrantes italianos participaram ainda de forma ativa da política local na Primeira República. Foram eles: José Fernando Peixe, médico, e Ricardo Pucci. O primeiro foi eleito vereador em 1928 pelo PRP; era filho de Ferdinando Pesce, coproprietário de um pequeno curtume nos anos de 1920. Já Ricardo Pucci foi membro do Partido Democrático de São Paulo – PD, tendo sido eleito suplente de vereador em 1928; era filho do italiano Pedro Pucci, calabrês estabelecido com pequeno curtume e oficina de sapateiro e selaria na década de 1910, negócio que evoluiria para um dos maiores curtumes locais na década de 1950.

Nesses exemplos, é patente que o sucesso econômico ou o título de doutor conferia certo papel de liderança do político em relação à sua colônia. Nesse caso, o elemento em questão, por ser bem-sucedido, provavelmente era convidado pelos coronéis oligarcas a frequentar a Câmara, atuando como uma espécie de porta-voz de seus conterrâneos. Daí o envolvimento de alguns com associações étnicas. Appratti e Pellicano, em São Carlos, foram diretores da Societá Dante Alighieri, fundada em 1902; Scaff, líder de sua colônia em Rio Preto e região, presidiu a Sociedade Beneficente Syria local pelo período de uma década (de 1917 a 1926). Delboni fez o mesmo com a Societá Italiana Cesari Baptisti, na mesma cidade, além de ter se casado com a filha do cônsul italiano de Itu. Na Franca dos anos de 1930, Ricardo Pucci integrava tanto o Conselho da Sociedade Italiana local, como o Conselho Consultivo da primeira Associação Comercial de Franca (*Correio de Franca*, 24/2/1935 e 16/6/1935). Em Catanduva, Rufino Benito (eleito em 1929) havia sido um dos fundadores do Centro Espanhol, fundado por volta de 1920 (Quaglia, 2004, p. 92). Tais indivíduos constituíam, pois, em suas respectivas cidades, as elites imigrantes e não raro mantinham relações estreitas com as oligarquias locais.

Em um ambiente político totalmente controlado por coronéis proprietários de terra, a presença episódica de imigrantes ou descendentes pode também ter cumprido a função ideológica de acenar para a massa de trabalhadores dessa origem a possibilidade de ascensão econômica e social. Se um deles, originário da mesma terra, era aceito nos

círculos da elite que controlavam o município, isso deveria significar que o valor da origem, da “raça”, era, em alguma medida, reconhecido, e que as vias da ascensão econômica e social estavam abertas.

Excetuando-se o caso (mais inclusivo) de Catanduva, era esse o quadro geral da participação política de imigrantes nas câmaras municipais do oeste paulista. Durante muitos anos, o regime oligárquico logrou erigir barreiras à participação de elementos de fora de seus círculos, salvo casos excepcionais como os aqui relatados.¹⁵

No caso dos imigrantes, a esta contingência se somavam outras dificuldades como o domínio da língua, a falta de instrução e de requisitos legais; além, é claro, do próprio desconhecimento do jogo de poder e do preconceito das elites em relação àqueles que supostamente haviam sido trazidos para trabalhar e não para fazer política. Danielli, por exemplo, apesar de bem casado e de ter se tornado prefeito eleito para o período de 1908-1910 e vereador entre os anos de 1908 e 1916, “era ridicularizado e hostilizado pelos inimigos políticos em virtude de sua origem italiana” (Tellarolli, 1977).

Nesta situação, os imigrantes ou descendentes que lograram “furar o bloqueio” e participar ativamente, seja como vereadores seja como prefeitos da política local, podem ser caracterizados como protagonistas típicos de *boundary crossings*. Tais dificuldades diminuíram ao longo dos anos, sobretudo à medida que o cenário político-institucional se alterou e que famílias de imigrantes se tornaram socialmente mais integradas e economicamente mais prósperas.

1930-1945

O período que se inicia em 1930 marca o início da reorganização do poder local, que vai culminar com a expressiva participação política dos imigrantes e descendentes a partir de 1945.

A subida de Vargas ao poder em 1930 forçou a reorganização do jogo político e abriu espaço para a ascensão de novos grupos sociais. Durante os quinze anos em que Vargas foi o chefe do Executivo federal, o país passou por transformações profundas. Além das alterações trazidas sobre os rumos da economia,

o novo governo revolucionário realizou reformas em todo o sistema político com consequências significativas sobre a estrutura do poder municipal e sobre a composição das elites locais.

Foram os anos de 1930 e 1940 palco de inúmeras mudanças na legislação eleitoral. Em relação ao período anterior, tais alterações resultaram em avanços que atenuaram as defasagens entre direitos políticos no seio dos diferentes estratos da população. O código eleitoral provisório de 1932 ampliou consideravelmente o direito ao voto, ao diminuir a idade mínima de 21 para 18 anos e ao estender o direito de voto às mulheres casadas (com autorização do marido) ou viúvas e solteiras com renda própria. Tais restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas pela Constituinte de 1934, que, entretanto, não o estipulava como obrigatório. Nessa época, instituía-se pela primeira vez uma Justiça Eleitoral, cuja função era zelar pela correção dos pleitos, apurar os votos e diplomar os eleitos, procurando corrigir assim os desmandos observados corriqueiramente durante a Primeira República.¹⁶ Finalmente, a Constituinte de 1946 tornou obrigatório o voto feminino.

Tais alterações ampliaram os colégios eleitorais de modo consistente. Para se ter uma ideia do que isso significou numericamente, tomemos o exemplo de um município como São Carlos, que em 1893 contava com apenas 621 eleitores qualificados, para uma população estimada em 30 mil habitantes (1 eleitor para quase 50 habitantes). No pleito de 1936, este mesmo município contava com 3892 eleitores para uma população de cerca de 51620 indivíduos (1 para 13) e, no de novembro de 1947, mais de 11300 eleitores para uma população de aproximadamente 47731 indivíduos (1 para 4).

Os quinze anos do efervescente primeiro governo de Vargas abrigaram três subperíodos distintos: o governo provisório (de outubro de 1930 a julho de 1934), o interregno constitucional (de julho de 1934 a novembro de 1937) e a ditadura do Estado Novo (de novembro de 1937 a outubro de 1945).

No primeiro período, a inventividade institucional do poder revolucionário manifestou-se na criação de um sistema de interventorias, departa-

mentos administrativos e de uma vasta gama de órgãos técnico-econômicos (institutos, autarquias e grupos técnicos), designados como instrumentos de intervenção e controle na economia.

O novo regime instalado tratou logo de promover as primeiras medidas no sentido da centralização, inaugurando uma era muito diferente dos tempos de vigência do coronelismo, em que cada chefe político no município mantinha autonomia quase irrestrita na condução do governo local. Exemplo das mudanças foi o papel bastante relevante atribuído aos interventores federais nos estados e aos chamados Conselhos Consultivos, tanto no nível estadual como municipal, que tomavam para si a tarefa das antigas Câmaras, de auxiliar e fiscalizar o prefeito.

De modo significativo, a composição de tais conselhos determinava especificamente que os estrangeiros podiam ser incluídos nesses órgãos, o que se tornou comum entre os maiores contribuintes do município. Em muitas cidades pode-se assim notar a presença de novos atores políticos – novos ricos imigrantes e profissionais liberais provenientes de classes médias.

Não resta dúvida ainda de que a revolução de 1930 emprestou novo ímpeto ao movimento associativo urbano de modo geral. E, ao fazê-lo, inevitavelmente abriu novas oportunidades de projeção social e econômica a estratos antes marginalizados, muitos de origem imigrante. O fortalecimento associativo, porém, vicejou à sombra do aparelho de estado que o tutelava, financeira e ideologicamente.

Novos mecanismos de participação no processo decisório local foram surgindo, dentre eles a atuação das associações comerciais em cada município, que, a partir de então, passaram a ter uma inserção permanente na vida política local. Ressalte-se que a grande maioria dos diretores dessas associações era composta de indivíduos de origem imigrante, que haviam se fixado como pequenos industriais e comerciantes nas cidades.

O que sobressai e é muito significativo na história da criação das associações comerciais dessas cidades é que muitas delas iniciaram, aproximadamente no mesmo período, suas atividades nas sedes de associações de imigrantes: a de São Carlos na Espanha, a de Araraquara na União Sória, as de

Quadro 1
População Rural e Urbana (%), 1934, 1940 e 1950

Ano	Araraquara		Franca		São Carlos		Ribeirão Preto		São José do Rio Preto		Bauru		Catanduva	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1934	35,1	64,9	30,0	70,0	40,3	59,7	50,9	49,1	30,1	69,9	49,6	50,4	40,0	60,0
1940	49,0	51,0	43,2	56,8	53,0	47,0	57,0	43,0	33,7	66,3	61,1	38,9	47,4	52,6
1950	58,2	41,8	54,1	45,9	68,5	31,5	70,9	29,1	60,1	39,9	80,3	19,7	52,7	47,3

Obs.: unidades comparáveis entre 1934, 1940 e 1950.

Fonte: Camargo (1952) e Censo de 1950.

Bauru, Catanduva e Franca nas respectivas Sociedades Italianas.

Tais vínculos sugerem um forte traço de continuidade entre associações étnicas e associações comerciais, que exploraremos adiante. Por ora, basta afirmar que, com o tempo, as associações comerciais se fortaleceram, tornando-se um consistente grupo de interesse na política local.¹⁷ Em alguns casos, elas tomarão para si um papel muito expressivo já na organização local do movimento de 1932. Cumpre ressaltar que esse episódio, dado o alto grau de mobilização de todos os estratos sociais em cada um dos municípios, serviu para atenuar as distâncias sociais entre as antigas elites e os setores urbanos (trabalhadores, comerciantes e industriais) de origem imigrante. Grupos sociais de origens muito distintas acabaram sendo mobilizados diante de um inimigo comum, aparando arestas e evidenciando, pela primeira vez em cidades do interior paulista, que os imigrantes trazidos a princípio apenas para o trabalho nas lavouras de café haviam sido requisitados a tomar partido em um episódio de natureza política, participando e lutando muitas vezes ombro a ombro com setores da elite local.

Se for verdade que o novo regime, ao menos nesses primeiros quatro anos, não se valeu de uma matriz social conformada por estratos de origem imigrante, também não se pode desconsiderar o fato de que novos atores políticos foram prestigiados e estimulados a aparecer, recrutados em sua

maioria entre os detentores de diplomas de profissionais liberais, de direito e medicina, sobretudo.

Nesse sentido, podemos afirmar que houve certa renovação de quadros (embora com elementos oriundos de famílias tradicionais), que, aliada à presença marcante do interventor, embaralhou o jogo político local, minando as bases anteriores de operação do coronelismo. Tais fatores, aliados às reformas institucionais já aludidas do sistema eleitoral, tornaram menos nítida a fronteira anteriormente estabelecida entre a elite dos que podiam militar na política e o restante da sociedade.

A partir de 1934, intensifica-se o êxodo rural-urbano, em decorrência da prolongada crise agrária que se arrastava desde a quebra da bolsa de Nova York. É interessante observar que nos dezesseis anos transcorridos entre 1934 e 1950, a população torna-se majoritariamente urbana em todos os municípios analisados. Em alguns, o decréscimo relativo da população rural é muito acentuado, como nos casos de Bauru, Rio Preto e São Carlos.

A referência ao processo de urbanização nesse período é importante, pois debilitou o poder político das classes proprietárias rurais, já economicamente abaladas, ao mesmo tempo em que constituirá um eleitorado urbano em potencial. Tal mudança alterou a representação de interesses que se manifestarão a partir da reestruturação do aparelho de Estado realizada por Vargas, que provocará mudanças institucionais importantes no país.

A perda de poder, econômico e político, dos fazendeiros igualmente tornou mais fácil a ocorrência de casamentos entre seus filhos e filhos de imigrantes bem-sucedidos. É significativo observar, por exemplo, que o primeiro prefeito (nomeado em 1936) de origem imigrante em São Carlos foi João Sabino, filho de um imigrante italiano que enriqueceu, casado com a filha de proprietários rurais tradicionais. A longo do tempo, esse tipo de aliança matrimonial tornou-se cada vez mais comum, em um processo que contribuiu para o obscurecimento das fronteiras entre estratos sociais antes bastante distantes.

A presença de imigrantes e descendentes também se faz sentir nas associações, nos grupos sindicais de empregados e empregadores, antes do Estado Novo, e nas organizações partidárias que se criaram para as eleições municipais de 1936. Em São Carlos, Araraquara, Bauru e Franca, por exemplo, eles estarão presentes como candidatos em praticamente todo o espectro político, da Ação Integralista ao Partido Comunista, das associações patronais aos sindicatos operários. Uma análise dos resultados da única eleição municipal, ocorrida em 1936, atesta o embate acirrado entre antigos perrelistas e o partido organizado pelo interventor e depois governador constitucional Armando de Salles Oliveira. Em Ribeirão Preto e Rio Preto, o novo partido deu pouca expressão a elementos de origem imigrante, enquanto o contrário ocorreu em Franca, Catanduva e São Carlos, onde se registra a influência marcante das associações comerciais e industriais locais, dominadas por estratos de origem imigrante.

Com a nova constituição nacional promulgada pelo Estado Novo em novembro de 1937, ficaram dissolvidas as câmaras legislativas – federais, estaduais e municipais – em todo o território brasileiro. Nos municípios, o novo ímpeto centralizador enfeixou boa parte das funções legislativas, anteriormente exercida pelas câmaras, no Departamento de Municipalidades, órgão que crescerá em influência, vigiando prefeitos e agindo como mecanismo de transmissão política do interventor federal nos municípios.

O fechamento do regime também se consubstanciou pelo ressurgimento da censura, circunstân-

cia que inclusive dificulta a recuperação da atividade política (deslocada das atividades partidárias para os bastidores) no período através dos jornais. Os prefeitos, por sua vez, voltam a ser nomeados pelos interventores federais. Também chama a atenção a presença crescente, nos jornais, de sindicatos de trabalhadores, muito embora sempre acompanhados da tutela de autoridades do município. Além disso, o ímpeto centralizador do Estado Novo exigiu o recrutamento de quadros para o preenchimento de uma série de postos do aparelho estatal, muitos dos quais arrebanhados entre as hostes de origem imigrante.

Assim, a armadura institucional promovida pelo regime imposto por Vargas credenciou novos indivíduos, antes absolutamente desprezados pela política local, a tomarem contato (em boa medida orientados pelos prefeitos) com as questões da administração municipal. Tal movimento obviamente não se restringiu à esfera sindical, mas a todo o aparato institucional comandado a partir do governo federal e dos interventores no estado. Chama a atenção, por exemplo, dentre alguns municípios analisados, o potencial eleitoral que um cargo de professor em escola pública de prestígio podia render a seus ocupantes. Desse modo, são muitas as trajetórias políticas trilhadas por filhos de imigrantes que se tornaram docentes na antiga Escola Normal de São Carlos (fundada em 1911) e na antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (fundada em 1923) (Corrêa, 1998).

Por outro lado, para os que cultivavam suas origens étnicas em associações, muito frequentes até bem entrados os anos de 1930, os tempos não foram muito fáceis, pois o Estado Novo logo tratou de liquidá-las, proibindo na prática seu funcionamento, sob a alegação de banir as ideologias políticas trazidas de fora.

O período estadonovista, ao mesmo tempo em que adotou uma ideologia nacionalista forte, que limitou severamente as atividades de associações de estrangeiros (e em boa parte dos exemplos impediu seu funcionamento), foi também fértil em oferecer oportunidades nos níveis básicos (do município) da estrutura burocrática em gestação, coordenada pelo poder central. Aos poucos, esses novos elementos foram ocupando cargos e se constituindo como

interlocutores ativos, mais tarde representantes de interesses legítimos na política local.

De um ponto de vista institucional, esse momento consubstancia a impossibilidade de se fazer política a partir das associações étnicas, mas, em contrapartida, representa a canalização dos interesses a partir de uma perspectiva profissional ou mesmo classista.

Em muitos casos, como já se observou, as associações comerciais, fundadas nas próprias associações étnicas – diga-se de passagem, muitas destas já aparelhadas por elites étnicas urbanas de comerciantes e industriais –, continuaram a abrigar os interesses de tais elites, porém agora não mais definidos etnicamente, mas por critérios de inserção socioeconômica, em uma palavra, por critérios de classe. É significativo observar como em algumas trajetórias familiares as alternativas de inserção política se redefiniram de uma geração a outra e como o assim chamado “capital étnico” se transmudou em capital social e político *tout court*. É oportuno ressaltar os possíveis usos políticos produzidos pela exaltação nacionalista dos “abrasileirados”, especialmente os protagonistas de casamentos interétnicos e/ou com maior relevância política, apresentados como exemplos da boa assimilação.

Entre os muitos exemplos disponíveis, tome-se o dos Lupo, de Araraquara. Enrico Lupo, nascido na província de Trento, chegou ao Brasil em 1888, com 11 anos, acompanhado do pai, da madrasta e quatro irmãos. O pai instalou-se como relojoeiro e comerciante de jóias em Araraquara. Enrico casou-se em 1901 com Judite Bonini, filha de italianos instalados em Bariri; persistiu inicialmente no ofício do pai e, como tinha habilidade com mecanismos de precisão, começou a produzir meias, fundando em 1920 as Meias Lupo. Como italiano bem-sucedido, presidiu a Sociedade Italiana de Beneficência de Araraquara e fundou a Rádio Cultura, a partir da qual defendeu os ideais da Revolução Constitucionalista. Filiou-se em 1936 ao Partido Constitucionalista. Seus dois filhos, Rômulo e Aldo, vicejaram na política. O primeiro deles, primogênito nascido em 1902, seguiu a carreira de industrial do pai. Em 1936, Rômulo elegeu-se vereador e, em 1951, presidiu a Associação Comercial de Araraquara. Cinco anos depois, obteria seu primeiro mandato como prefeito pela

sigla trabalhista. Seu irmão Aldo, nascido em 1911, formou-se no curso de direito no Largo São Francisco em 1935 e concorreu ao cargo de prefeito em 1947 pela sigla trabalhista, derrotado pelo candidato ademarista. A partir de então, fez carreira política na capital: foi secretário de Higiene da prefeitura de São Paulo e deputado estadual eleito em 1951 (Partido Trabalhista Nacional – PTN).

Nesse e em outros casos, a primeira geração valeu-se de trunfos étnicos para aumentar seu capital de relações sociais, participando ativamente de associações étnicas. Já a geração seguinte entrará na política participando de associações comerciais, profissionais e esportivas. Isso significa afirmar que as bases étnicas (definidas pelas associações, imprensa, escolas etc.), reprimidas durante o Estado Novo, foram depuradas segundo critérios de classe na geração seguinte, sobretudo por meio da atuação no interior das associações comerciais, profissionais (sindicais) e filantrópicas.

A rede de interventores e prefeitos nomeados irá constituir a base para a estruturação do sistema partidário e das lideranças políticas que surgirão no período seguinte, fortalecendo o clientelismo. O aparelho estatal conta com recursos para a montagem das futuras máquinas partidárias que se estabelecerão a partir da redemocratização. Em São Paulo, não há exemplo mais nítido de utilização da estrutura das interventorias para a reorganização partidária posterior do que o de Adhemar de Barros e a fundação do Partido Social Progressista – PSP (Sampaio, 1983). Assim, o período entre 1930 e 1945 parece central para explicar a entrada em profusão de descendentes de imigrantes na elite política local no período da democracia populista que se inaugura a partir de 1945. Trata-se de um período de transição, no qual uma série de processos de natureza política, econômica e social diluiu as fronteiras entre os antigos credenciados a fazer política (as oligarquias agrárias proprietárias de terras) e uma nova safra de agentes que aspiram tal condição, a maior parte deles de origem imigrante. Tais setores, ainda que impossibilitados de afirmar seus trunfos étnicos, fortalecem-se a partir do movimento associativo classista e das oportunidades de cargos abertas com o fortalecimento do aparelho estatal no âmbito local, esmaecendo as fronteiras anteriores.

Quadro 2
Mandatos e Vereadores de Origem Imigrante (1890-1930 e 1947-1959)

	Catanduva		Araraquara		São Carlos		Ribeirão Preto		São José do Rio Preto		Bauru		Franca	
	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME
1890-1930	47	11	148	18	162	15	165	17	106	8	95	9	129	4
1890-1930	ME/ M=0,23		ME/ M=0,12		ME/ M=0,09		ME/ M=0,10		ME/ M=0,07		ME/ M=0,09		ME/ M=0,03	
1947-1959	79	40	88	31	83	40	94	47	88	50	86	34	88	31
1947-1959	ME/ M=0,51		ME/ M=0,35		ME/ M=0,48		ME/ M=0,50		ME/ M=0,56		ME/ M=0,39		ME/ M=0,35	

M – número de mandatos iniciados no período; ME – número de mandatos de vereadores com origem imigrante iniciados no período.

Obs.: em geral mandatos de dois anos durante a Primeira República e de quatro anos entre 1947 e 1959.

Fonte: registros eleitorais e periódicos locais.

Pós 1945

O período da democracia populista que se iniciou em 1945 trouxe novas mudanças ao edifício político nacional com a criação de um sistema partidário pluralista, eleições diretas para todos os níveis e uma forma de embate político eleitoral sob a égide do populismo. As primeiras eleições municipais do período que se iniciava mostraram claramente o fim da hegemonia da aristocracia do café na vida política municipal.

De modo relativamente homogêneo, para todas as cidades examinadas, houve alterações significativas na composição social de suas elites a partir do pós-guerra. O Quadro 2 compara a participação de políticos de origem imigrante¹⁸ durante a Primeira República e no período entre 1945 e 1960 em cada um dos municípios analisados.

Enquanto a média dos percentuais de participação de políticos de origem imigrante, nos sete municípios analisados, é de 10% durante a República Velha, ela salta para 45% no pós-guerra. É neste contexto que explode a presença da primeira geração de descendentes de imigrantes no Legislativo municipal e mesmo no Executivo, mudando a

composição da elite política local e a organização do poder político dos municípios. Os sete casos estudados demonstram claramente esta “novidade” na política local: em São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca e Bauru, com uma forte inserção dos descendentes de italianos; em Catanduva, de italianos e espanhóis, em São José do Rio Preto, dos descendentes de sírios e libaneses.

O importante, contudo, é observar que a condição étnica em nada influirá como demarcação entre os pertencentes ou não pertencentes ao *mainstream* da política local. Assim, a maioria dos descendentes de imigrantes que entrará na política local não se valerá de trunfos propriamente étnicos para conseguir se eleger. Boa parte dos eleitos pisará as câmaras municipais e prefeituras não como representantes de grupos etnicamente definidos, mas apenas como indivíduos que desfrutaram trajetórias de mobilidade social. Mesmo no caso de lideranças trabalhistas, a referência ao grupo étnico é no máximo indireta, mediada por um grupo profissional.

Em Ribeirão Preto, por exemplo, alguns vereadores da legenda trabalhista elegeram-se graças a suas atuações no sindicato de bebidas, ainda que

se possa afirmar que boa parte dos operários da maior companhia de bebidas local fosse de origem italiana e habitasse a Vila Tibério. Da mesma forma, Vicente Botta foi eleito em São Carlos com base na popularidade de uma organização que congregava alfaiates, embora seja verdade que a maior parte destes fosse de origem italiana. Mais correto seria apontar que muitos eleitos de origem imigrante se valeram não de bases étnicas, mas de certo sentimento antioligárquico, ainda que difuso e pouco organizado. Na mesma São Carlos, Antonio Massei, um filho de italianos, elegeu-se prefeito em 1952 porque era visto como alguém do povo, não pertencente à elite que tradicionalmente governava a cidade. No dia a dia da campanha, quando conversava em rodinhas de potenciais eleitores, afirmava, a respeito de seus adversários: “– eles não me querem na política porque no fundo eu sou um *carcamano* como vocês”, tratando de robustecer seus laços de identidade com seu eleitorado.

Do ponto de vista ocupacional, merece destaque o fato de que boa parte dos eleitos de origem imigrante eram indivíduos que atuavam como profissionais liberais – médicos, advogados, farmacêuticos, dentistas e professores –, como empresários ou no funcionalismo público. Não foram, portanto, colhidos a esmo entre as hostes de origem imigrante. Essa circunstância reforça a noção de que os mais aptos a ingressar na política foram aqueles que experimentaram uma trajetória de mobilidade econômico-social, em alguns casos já presente desde os idos da Velha República.

Em termos partidários, merecem atenção especial o PSP (comandado por Adhemar de Barros) e as legendas trabalhistas do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PTN (versão e ramo do PTB dirigido por Hugo Borghi). Em São Paulo, foram estes os partidos – justamente baseados no clientelismo de Estado e ligados ao populismo varguista, ou nele inspirados – que mais abriram brechas para inserção de lideranças imigrantes ou de seus descendentes.

A entrada copiosa de tais elementos na política demonstra que, a partir do final dos anos de 1940, as fronteiras entre credenciados e não credenciados às atividades políticas, em particular aos cargos de

representação formal nos municípios analisados, efetivamente se alteraram, de modo a incluir, sobretudo, a primeira geração (branca, diga-se de passagem) de imigrantes urbanos razoavelmente bem-sucedidos.

Considerações finais

A partir dos anos de 1930, os processos de mudanças institucionais, de reforma do Estado e fortalecimento do associativismo sobrepuseram-se aos já existentes processos de urbanização e diferenciação das estruturas econômicas dos municípios analisados, conformando uma “conjuntura crítica” que favoreceu, a longo prazo, a ascensão política dos descendentes de imigrantes. Em cada uma das cidades analisadas, tais processos acabaram por integrar à política frações de descendentes de imigrantes que já haviam experimentado uma trajetória de ascensão socioeconômica.

Excetuando-se casos especiais, aqui caracterizados como de cruzamento de fronteiras, o coronelismo e o mandonismo vigentes ao longo da República Velha impediam a ascensão política dos imigrantes e de seus descendentes, que ocuparam, conforme aponta o Quadro 2, apenas cerca de 10% dos mandatos de vereadores no período.

Mesmo no período pós-1930, é significativa a permanência de latifundiários do café, integrando o grupo seletivo de donos do poder nos municípios examinados. Ademais, a participação política propriamente dita, em cargos de representação pública, de imigrantes ou de seus descendentes, foi relativamente reduzida no período porque houve apenas um pleito, em 1936, para se eleger representantes no âmbito local. Contudo, o aparente imobilismo do poder local entre 1930 e 1945 marca o início da reorganização política que vai culminar com a expressiva participação dos imigrantes e descendentes a partir de 1945.

Dadas as características do movimento de 1930, a centralização do Estado brasileiro não significou a marginalização dos interesses econômicos dominantes no período anterior, mas uma redefinição dos canais de acesso e de influência na articulação de todos os interesses, velhos e novos.

Quadro 3
Mudança de Fronteiras Étnicas Associadas a Características do Regime Republicano

Período	Poder	Regime	Agentes principais	Sistema Eleitoral	Inclusão na política local	Tipo de inclusão étnica
1889 – 1930	Descentralizado entre estados	Oligárquico (coronelismo)	Oligarquias estaduais (fazendeiros)	Bastante restritivo (poucos eleitores) e fraudulento	Bastante restrita	Cruzamento de fronteiras
1930 – 1945	Centralizado (vertical)	Autoritário	Presidente Vargas e interventores	Inexistente até 1934, reformas eleitorais inclusivas por um curto período e ditatorial após 1937	Restrita via canais formais, mas inclusiva para novos estratos sociais via clientelismo	Obscurecimento de fronteiras
A partir de 1945	Equilíbrio federativo	Democracia populista	Presidentes e governadores	Universal (exceto para analfabetos)	Livre, via eleições dominadas por políticos populistas	Mudança de fronteiras

Fonte: elaboração dos autores.

Além disso, no período anterior à ditadura do Estado Novo, a cidadania política fora fortalecida com a instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral, e estendida às mulheres e aos maiores de 18 anos, abolindo-se as clivagens entre estratos sociais que tinham e não tinham direito ao voto.¹⁹

Apesar da política representativa dos municípios ter sido pouco expressiva nesse período, isso não significou o correspondente congelamento da política local. Algumas instituições, como, por exemplo, as associações comerciais, ganham impulso e passam a ter uma inserção permanente na vida política. A importância dessas associações está também no fato de que em todos os municípios pesquisados a maioria dos diretores era composta de indivíduos de origem imigrante que haviam se fixado como pequenos industriais e comerciantes nas cidades.

As fronteiras que demarcam o *establishment* político na esfera local tornam-se mais obscuras.

A mobilização das sociedades entre 1930 e 1945, quer no formato de associações comerciais, de sindicatos, de associações hospitalares ou mesmo de fundação de jornais, dá aos descendentes de imigrantes oportunidades de ascensão política que seus pais jamais sequer sonharam na Primeira República, contribuindo significativamente para as alterações que ocorrem na composição da elite política local no pós-guerra.

Após 1945, a fronteira efetivamente se desloca, de modo a incluir frações dos outrora marginalizados: a instalação de um sistema multipartidário estimulou a competição política e a fragmentação do poder dos coronéis ainda porventura existente. Já na primeira legislatura e durante todo o período que vai de 1945 a 1964 pode-se notar a constante presença dos descendentes de imigrantes no Legislativo municipal e mesmo no Executivo, mudando a composição da elite e a organização do poder político nos municípios. A média de participação de

políticos de origem imigrante salta de 10% durante a República Velha para 45% depois de 1945.

O Quadro 3 apresenta um panorama da mudança das fronteiras étnicas associadas às características de três períodos do regime republicano.

Em seu conjunto, a perda de prestígio do setor agrário, a urbanização e a industrialização crescentes, a par das mudanças institucionais já mencionadas, transformaram profundamente o jogo político local, alterando os canais de mobilidade social e econômica, enfraquecendo os laços e lealdades tradicionais e estimulando a competição política. A política transmuda-se e adquire foros de uma atividade autônoma, com profissionais especializados em disputar o voto do eleitor, e cujos interesses não necessariamente correspondem à expressão econômica que eles detêm no município, como na época dos coronéis do café.

Notas

- 1 Ainda que não constitua o foco deste artigo, a assimilação dos imigrantes é um tema enfatizado também no Brasil, inclusive no âmbito do aparelho de Estado, mesmo antes do advento da República, e recrudesciu nos discursos e nas práticas políticas a partir de 1930, particularmente durante o Estado Novo, regime que instituiu um programa de “abrasileiramento” forçado, procurando acabar com a pluralidade cultural derivada da imigração (Willems, 1951; Seyferth, 1999, 2000; entre outros).
- 2 *Mainstream* é entendido aqui como a parte da sociedade no interior da qual as origens étnicas e raciais apresentam um impacto menor sobre oportunidades ou trajetórias de vida dos indivíduos.
- 3 Os municípios analisados foram: São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, Bauru, Catanduva e São José do Rio Preto.
- 4 A bibliografia sobre o tema do poder local é extensa no país, especialmente se incluirmos os estudos monográficos, e abrange tanto autores que enfatizam a autonomia dos núcleos privados e as consequências advindas de uma sociedade estruturada sem a presença do poder público, como autores que analisam a fragilidade do poder local e sua inexpressividade em face de um Estado patrimonial de formação secular. As obras que melhor esclarecem essas posições são as de Duarte (1966) e Faoro (1987).
- 5 Danielli, Lerro, Blois eram casados nas famílias Xavier de Mendonça, Oliveira e Villaça, proprietárias de terras em seus respectivos municípios.
- 6 Trata-se da neta de Bento Manoel de Barros, Barão de Campinas e um dos fundadores de Limeira (Busch, 1967, p. 227).
- 7 As datas entre parênteses referem-se à época em que o referido vereador exerceu o mandato.
- 8 Câmara Municipal de Araraquara, Lei n. 1338, de 9 de abril de 1964.
- 9 Disponível em <<http://www.daebauru.com.br/geo/logradouro.php?op=detail>>.
- 10 José Zancaner chegou ao Brasil com 6 anos de idade, com seus pais, oriundos do Vêneto (cf. *Album família Zancaner*, s/d). Um de seus filhos, Orlando Zancaner, de vereador em Catanduva em 1950, chegou a ser eleito senador por São Paulo em 1971 (Beloch e Abreu, 1984, p. 3589).
- 11 Provavelmente tendo como sócio seu irmão Luiz Minerino. Banqueiro e capitalista, este foi vereador em Araraquara entre os anos 1891 e 1894 e de 1902 a 1904.
- 12 Atribuídas também a políticos de origem imigrante, as patentes de major e coronel funcionavam, neste e em outros casos, como um qualificador hierárquico para imigrantes com pretensões políticas num sistema basicamente clientelista. Nesse sentido, a mobilidade ascendente de imigrantes e descendentes podia ser complementada pela legitimidade política derivada de categorias da hierarquia militar associadas à antiga Guarda Nacional.
- 13 Disponível em <http://www.ribeiraopretoonline.com.br/ruasecaminhos_descricao.php?id=2519>.
- 14 Puttkamer construiu obras importantes na capital, entre elas o Grande Hotel, de propriedade de Frederico Glette, “o primeiro edifício neoclássico de alguma importância construído em São Paulo” (Salmoni e De Benedetti, 1981, p. 35), e considerado na época o melhor do Brasil. Assinou também o projeto de arruamento e urbanização dos Campos Elíseos, o primeiro a abrigar a nascente burguesia cafeeira na capital (Simões Junior, 2004, p.45).
- 15 Isso ocorreu a despeito da grande naturalização ocorrida em 1889, que permitira o cadastramento eleitoral dos naturalizados, inclusive daqueles que não falavam a língua vernácula.
- 16 Disponível em <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3468/sistema-eleitoral-brasileiro/2>>.
- 17 Beneficências portuguesas e santas casas são outro exemplo de mecanismo importante de inserção no

meio social que credenciou a participação na política local. Igualmente, os clubes sociais constituem outro indicador interessante da permeabilidade dos estratos de origem imigrante no seio das elites locais.

- 18 Entendido como o indivíduo que apresentasse pai ou mãe (e em poucos casos avós) nascido no exterior.
- 19 A exceção são os analfabetos, incluídos apenas em 1985.

BIBLIOGRAFIA

- ALBA, R. & NEE, V. (2003), *Remaking the American mainstream: assimilation and contemporary immigration*. Cambridge, Harvard University Press.
- BARTH, F. (1998), “Grupos étnicos e suas fronteiras”, in P. Poutignat e J. Streiff-Fenart, *Teorias da etnicidade*, São Paulo, Editora da Unesp.
- BELOCH, I. & ABREU, A. (1984), *Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BUSCH, R. (1967), *História de Limeira*. Limeira, Prefeitura Municipal de Limeira.
- CAMARGO, J. F. (1952), *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas.
- CARVALHO, J. M. (1997), “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, 40 (2). Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>.
- CHARLE, C. (2006), “A prosopografia ou bibliografia coletiva: balanços e perspectivas”, in Flávio M. Heinz, *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, FGV.
- CORADINI, O. (2001), *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- CORRÊA, A. M. (1998), *Para preparar a mocidade: fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, 1923-1976*. São Paulo, Editora da Unesp.
- COSTA, C. (2001), *Os imigrantes e seus descendentes no poder local: o caso de São Carlos*. São Carlos, SP, dissertação de mestrado, PPGCSO, UFSCar.
- DAHL, R. (1964), *Who governs?* New Haven/Londres, Yale University Press.
- DEAN, W. (1971), *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- DI GIANNI, T. P. (1997), *Italianos em Franca: imigrantes de Boa Estrela em uma cidade do interior*. Franca, SP, FHDSS/Editora da Unesp.
- DUARTE, N. (1966), *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Nacional.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FAORO, R. (1987), *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo.
- FARIA, P. L. (1905), “Apontamentos à história do município de São Carlos do Pinhal”, in J. Augusto (ed.), *Almanaque de São Carlos*, São Carlos, Typ. Aldina, pp. 5-61.
- GORDON, M. (1964), *Assimilation in American life: the role of race, religion, and national origins*. Nova York, Oxford University Press.
- GRYNSPAN, M. (1999), *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, FGV.
- HOLLOWAY, T. (1984), *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KERBAUY, M. T. (1982), *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo, tese de doutorado, PUC.
- LEAL, V. (1975), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa/Ômega.
- LEITE, S. (2006), *Os italianos no poder: cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna, 1918-1964*. Araraquara, tese de doutorado, FCL, Unesp.
- QUAGLIA, V. (2004), *A história de Catanduva de A a Z*. São José do Rio Preto, Riopretense.
- SALMONI, A. & DE BENEDETTI, E. (1981), *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.
- SAMPAIO, R. (1983), *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global.
- SEYFERTH, G. (1999), “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, in

- D. Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (2000), “Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático”. *Travessia: Revista do Migrante*, 36: 45-50.
- SIMÕES JR., J. G. (2004), *Anhangabau: história e urbanismo*. São Paulo, Imesp/Senac.
- SOUZA, S. de. (2010), *Elites políticas em Caraguatatuba*. São Carlos, dissertação de mestrado, PPGCPo, UFSCar.
- TELAROLLI, R. (1977), *Poder local na Primeira República*. São Paulo, Nacional.
- TRENTO, A. (2000), *Os italianos no Brasil. Gli italiani in Brasile*. São Paulo, Prêmio.
- TRUZZI, O. (2000), *Café e indústria: São Carlos (1850-1950)*. 2. ed. São Carlos, UFSCar.
- WALKER, T. & BARBOSA, A. (2000), *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto, Palavra Mágica.
- WILLEMS, E. (1951), “Immigrants and their assimilation in Brazil”, in T. L. Smith e A. Marchant (eds.), *Brazil: portrait of half a continent*, Nova York, The Dryden Press.

**MUDANÇA DE FRONTEIRAS
ÉTNICAS E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DE DESCENDENTES
DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO**

Oswaldo Truzzi, Maria Teresa Miceli
e Agnaldo de Souza Barbosa

Palavras-chave: Fronteiras étnicas; Elites políticas; Poder local; Imigração; Oeste paulista.

Esse trabalho vincula-se à tradição de estudos interessados em investigar padrões de mobilidade política de uma camada social específica – imigrantes e seus descendentes – no interior de uma determinada estrutura social – o Oeste paulista, cujo desenvolvimento foi largamente tributário da economia cafeeira ali instalada desde o último quartel do século XIX. Para tanto, investigam-se, em um conjunto de sete municípios, os desdobramentos e principais agentes da política local: predomínio das oligarquias agrárias tradicionais ao longo de toda a República Velha, alterações ocorridas a partir da década de 1930 e que depois culminaram com o processo de redemocratização do pós-guerra, no qual se assiste a uma recomposição das elites políticas locais.

**CHANGE IN ETHNIC
BOUNDARIES AND POLITICAL
PARTICIPATION OF IMMIGRANT
DESCENDANTS IN SAO PAULO**

Oswaldo Truzzi, Maria Teresa Miceli
and Agnaldo de Souza Barbosa

Keywords: Ethnic boundaries; Political elites; Local power; Immigration; Western São Paulo.

This paper analyzes patterns of political mobility of a specific social stratum – immigrants and their descendants – in the western region of São Paulo, where coffee economy prevailed since the last quarter of the XIXth century. We investigate the main agents of local politics in seven cities: from the traditional oligarchic regime characteristic of the “Old Republic” to the processes of political transformation in the thirties that resulted in the post-war re-democratization, when a recomposition of local political elites takes place.

**CHANGEMENT DE FRONTIÈRES
ETHNIQUES ET PARTICIPATION
POLITIQUE DE DESCENDANTS
D'IMMIGRANTS À SÃO PAULO**

Oswaldo Truzzi, Maria Teresa Miceli
et Agnaldo de Souza Barbosa

Mots-clés: Frontières ethniques; Élites politiques; Pouvoir local; Immigration; Ouest de São Paulo.

Cet article s'inscrit dans la tradition d'études qui ont pour but l'analyse de modèles de mobilité politique d'une couche sociale spécifique – les immigrants et leurs descendants – à l'intérieur d'une structure sociale déterminée – l'Ouest de l'État de São Paulo, dont le développement a été largement tributaire de l'économie du café qui s'y est développée à partir de la fin du XIXe siècle. Nous avons analysé, dans un ensemble de sept communes, les dédoublements et les principaux agents de la politique locale: la prépondérance des oligarchies agraires traditionnelles tout au long de la période de la “Vieille République” jusqu'aux processus de transformation politique qui ont eu lieu au cours des années 1930 et ont abouti sur le processus de retour à la démocratie de l'après-guerre, quand a eu lieu une recomposition des élites politiques locales.